





CARTILHA

# Cidade Cidadã









Conheça os aspectos legais e técnicos que garantem mobilidade, acesso e autonomia de pessoas com deficiências físicas na construção de edificações, de espaços públicos e na fabricação de móveis e equipamentos.

Mais informações pelo tel.: 27 3334-9918 ou no site www.creaes.org.br



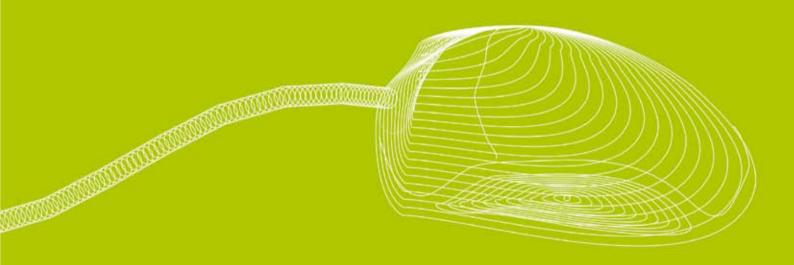




Agência Virtual | ART On Line | Informativo Eletrônico | Notícias | Agenda de Cursos e Eventos | Revista Tópicos | Consulta de Protocolo | Consulta de Profissionais e Empresas | e muito mais em

# www.creaes.org.br







Av. César Hilal, 700, 1° andar, Bento Ferreira, Vitória - ES CEP: 29052-232 Tel.: (27) 3334-9900 creaes@creaes.org.br www.creaes.org.br

## **E**ditorial

Todas as coisas que vêm para ficar têm como característica um crescimento lento, seguro e permanente. Mudanças súbitas costumam ser ilusórias. A Natureza não dá saltos, a menos que seja violentamente provocada por ações humanas, como temos visto o planeta reagir, com as armas que tem, aos crimes ambientais contra ele cometidos. No mais, o pulsar da vida sempre foi sistêmico como o fluir do

rio, como o Sol que aquece a semente, como a noite que promove a fotossíntese e o sereno que umedece o solo, fortalecendo a planta.

Também no nosso dia-a-dia, faz tempo que vimos observando, em nosso sistema Confea/Crea, um lento e progressivo amadurecimento, um fortalecimento que tem sido claramente constatado a partir do crescente envolvimento do setor com as nossas ações mais importantes.

Nos últimos dois anos, nosso esforço coletivo e democrático tem sido capaz de perceber, elencar e priorizar um alentado número de ações que vêm nos aproximando do Crea de que precisamos, do Crea com que sonhamos.

Sem descuidar das ações próprias de nosso escopo enquanto Conselho, enquanto autarquia federal cujo dever precípuo é a fiscalização do exercício das profissões que compõem o nosso Crea, temos encontrado, em um número cada vez maior de associados, tempo e disposição física e intelectual para dar de si o seu melhor, em benefício da comunidade como um todo, conscientes da responsabilidade social que nos cabe como instituição cidadã.

Nossa interface com representativas instituições de ensino e pesquisa do Espírito Santo tem sido a garantia de aprendizado, de recapacitação, de alinhamento com o que de mais atual existe na área de gestão. Essa união tem também o mérito de nos garantir consultoria especializada em áreas específicas que hoje são fundamentais, no momento em que a planta industrial de nosso Estado experimenta crescimento acima da média brasileira, conforme já acontece também, na área econômica, há mais de 30 anos.

Mas é esse mesmo amor à ciência, essa fidelidade ao método que nos leva, mesmo confiando em nossas observações relativas ao setor, a buscar suporte lógico e científico para nos tranqüilizar quanto às mudanças positivas que nossa percepção vem registrando.

Assim, recente pesquisa encomendada pelo Crea, como anualmente vimos fazendo, referenda hoje a nossa crença no acerto do caminho que escolhemos coletivamente para as nossas mais importantes realizações.

Nos meses de novembro e dezembro do ano passado, o Instituto de Pesquisa Enquet (veja matéria na página 12) entrevistou 700 profissionais registrados no Crea-ES, sendo ouvidos 110 funcionários de empresas e instituições como Aracruz Celulose, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Samarco Mineração, Escelsa Energias do Brasil, ArcelorMittal Tubarão, Vale, Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e Petrobras.

Resultado: 66,7% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pelo Crea-ES.

Dentre os muitos outros dados animadores que a sondagem revela, destaca-se o nível de credibilidade da nossa revista Tópicos. Entre os profissionais que atuam em empresas, 84,6% confiam no conteúdo da publicação.

Para atender ainda melhor esses profissionais, a Tópicos circula, já nesta edição, com um novo projeto gráfico que a torna mais leve, mais ágil, mais dinâmica, mais informativa, mais bonita e mais fácil de ler.

Boa leitura.



Eng. Civil e de Segurança do Trabalho **Luis Fiorotti** Presidente do Crea-ES



Diretoria

Presidente Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti 1º vice-presidente Téc. Industrial em Mecânica Ronaldo Neves Cruz

2º vice-presidente Eng. Civil Patricia Brunow Diniz Ribeiro Barbosa

Diretor administrativo

Eng. Civil João Carlos Meneses

Diretor financeiro

Eng. Eletricista Antonio Vitor Cavalieri

Vice-diretor administrativo Eng. Eletricista Afonso Celso de Souza Oliveira Vice-diretor financeiro

Eng. Civil Wania Nassif Marx

Câmaras

Engenharia Civil Eng. Civil José Lemos Sobrinho Engenharia Agronômica Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva

Arquitetura Arquiteto Eduardo Simões Barbosa

Engenharia Industrial
Eng. Mecânico e de Seg. do Trabalho Adelar Castiglioni
Engenharia Elétrica
Eng. Eletricista Eduardo Luis Henriques
Engenharia de Segurança do Trabalho

Eng. de Seg. do Trabalho Eliezer Cristino de Oliveira

**Agências** Vitória (27) 3134-0000 Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373 Colatina (27) 3721-0657 Linhares (27) 3264-1781 Vila Velha (27) 3239-3119 São Mateus (27) 3763-5929

#### Conselho Editorial

Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti Eng. Civil José Márcio Martins Jornalista Alcione Vazzoler

**Gerente de Relacionamento** Eng. Civil José Márcio Martins

Consultora de Comunicação Jornalista Alcione Vazzoler

Reportagem

Equipe de Comunicação do Crea-ES Alcione Vazzoler Adriano Uliana Fernanda Mello Gardênia Toniato Ivana Dias Márcio Scheppa

Fotos Tadeu Bianconi, Sérgio Cardoso, Arquivo Crea-ES, Divulgação

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Edição TKCOM Comunicação Ltda.

Impressão Gráfica Espírito Santo

Revista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira Vitória-ES, CEP 29052-232 Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-3644 email: creaes@creaes.org.br www.creaes.org.br





VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

SMP: só um esforço coletivo pode levar ao cumprimento da lei

Editorial	4
Junta Comercial conhece Cartilha Cidade <b>Cidadã</b> do Crea	6
12º Planejamento <b>Estratégico</b> discute rumos e ações do Crea-ES para 2008	7
Profissionais do Espírito Santo <b>comandam</b> Câmaras do Confea	9
Crea instala Câmara <b>Especializada</b> de Engenharia de Segurança do Trabalho	10
Profissionais recebem da CMV Comenda Saturnino de Brito	11
Pesquisa mostra profissionais <b>satisfeitos</b> com atuação do Crea	12
Plenária 901 define os nomes da <b>nova</b> diretoria do Conselho	13
Agência Vitória traz novos conceitos e <b>descentralizados</b> serviços	16
Esforço coletivo pelo cumprimento da Lei do SMP	19
Educ faz <b>convênios</b> com empresas e escolas	26
Livro avalia gestão de florestas naturais e <b>reflorestamento</b> no sul do ES	27
Barragens causam <b>catástrofes</b> no norte do Estado	28
"Temos de nos <b>preparar</b> para ser portadores do futuro"	30
<b>Desenvolvimento</b> equilibrado	34



# Junta Comercial conhece Cartilha Cidade **Cidadã** do Crea

O presidente da Jucees parabenizou o Crea-ES pela elaboração e distribuição da Cartilha e afirmou que a instituição tem interesse em estreitar ainda mais a parceria

Aconvite do presidente da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (Jucees), Marcelo Zanúncio Gonçalves, o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trabalho Luis Fiorotti, falou sobre a importância da acessibilidade e apresentou a Cartilha Cidade Cidadã durante a 1753ª Sessão Plenária da Jucees, realizada no último dia 13 de fevereiro.

A publicação da Cartilha é uma iniciativa do Crea-ES, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). "A Cartilha Cidade Cidadã apresenta aspectos legais e técnicos que devem ser respeitados durante a construção de edificações, de espaços públicos e na fabricação de móveis e

equipamentos. Tudo para que sejam garantidos o acesso e a autonomia de pessoas com mobilidade reduzida", explicou Fiorotti.

O presidente da Jucees parabenizou o Crea-ES pela elaboração e distribuição da Cartilha e afirmou que a Junta tem interesse em estreitar ainda mais a parceria institucional com o Conselho: "A sociedade enfrenta muitas dificuldades e incoerências no dia-a-dia, mas isso não deve nos impedir de lutar por algo diferente, por melhorias na qualidade de vida de todos. A união de esforços entre instituições importantes como a Junta e o Crea-ES contribuem de forma significativa para o desenvolvimento que vai além das fronteiras do Espírito Santo", concluiu Gonçalves.

Durante a palestra, o presidente do Crea respondeu perguntas sobre mobilidade urbana



# Saiba mais sobre a **Cartilha**

Com um visual atrativo, ilustrado e didático, a Cartilha Cidade Cidadã é distribuída gratuitamente e tem o objetivo de divulgar - para os profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia e demais interessados - os aspectos legais, normativos e técnicos que devem ser obedecidos nos projetos e na construção de edificações, espaços públicos, mobiliários e equipamentos. Tudo para facilitar o acesso e a autonomia das pessoas portadoras de mobilidade reduzida.

A parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) permitirá a distribuição da Cartilha Cidade Cidadã para instituições públicas de todo o território nacional.

Uma versão digital da publicação também pode ser acessada no portal de internet do Conselho (www.creaes.org.br).

### Institucional

# 12º Planejamento **Estratégico** discute rumos e ações do Crea-ES para 2008

Em dois dias de atividades, 230 participantes e convidados puderam discutir os rumos e as ações do Conselho a serem implementadas em 2008 Para onde ir", Com essa frase, do filósofo Sêneca, o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trabalho Luis Fiorotti, abriu, no último dia 22 de fevereiro, o 12º Planejamento Estratégico Institucional e Seminário de Conselheiros, Inspetores, Instituições de Educação e Entidades de Classe. "Esta frase resume bem a importância do planejamento, seja para o sucesso de uma empreitada ou para a garantia de um belo futuro de toda instituição séria", acrescentou o presidente.

Na mesa solene, além do presidente Fiorotti, estavam o secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), Eng. Paulo Maurício Ferrari, a diretora do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo (CT-Ufes), Eng. Civil Maristela Gomes da Silva; o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (Senge-ES), Eng.

Eletricista Antonio Vitor Cavalieri; o presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais no Estado do Espírito Santo (Sintec-ES), Téc. Industrial em Metalurgia Kepler Daniel S. Eduardo; o diretor da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE), Eng. Civil João Carlos Meneses; o presidente do Instituto de Avaliações e Perícias do Espírito Santo (Ibape-ES), Eng. Civil José Lemos Sobrinho; o vice-presidente da Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo (Aefes), Eng. Florestal Eugenio José Agrizzi; e o presidente da Associação dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo, Téc. Agrícola Vitalino Fermo.

Foram dois dias de atividades, quando 230 participantes e convidados puderam discutir os rumos e as ações do Conselho a serem implementadas em 2008, além de avaliar os resultados e avanços da atual gestão, propostos nos dois últimos Planejamentos.

Representantes de entidades de classe e de instituições de educação prestigiaram o evento





Conselheiros do Crea e demais inscritos puderam discutir os rumos da instituição para o ano de 2008

# Estrutura, atribuições e tramitação

A programação de sábado, dia 23, contou com dum treinamento para os conselheiros e demais inscritos. A consultora técnica do Crea Eng. Civil Andrea Regina Fontana fez uma breve abordagem sobre o funcionamento do Conselho, explicando, entre outros pontos, a estrutura organizacional da instituição, as atribuições dos conselheiros e a tramitação de processos.

Em seguida, o Eng. Mecânico Darlan Jader Melotti apresentou um histórico da certificação de qualidade ISO 9001:2000 conquistada e mantida pelo Crea-ES. Além de citar as vantagens do Sistema de Qualidade, Melotti explicou etapas como a padronização de processos; treinamento de equipes e manutenção de registros de competência; pesquisa de satisfação dos clientes; e medição de resultados de processos, entre outras ferramentas utilizadas pelo Crea.

Ainda na manhã de sábado, os participantes do 12º Planejamento Estratégico Institucional do Crea-ES puderam conhecer um resumo da pesquisa de opinião 2007 encomendada pelo Crea e discutiram possibilidades de soluções para que o Espírito Santo avance em direção a níveis desejáveis de qualidade de vida para todos.

Conduzindo o debate, o professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Arlindo Villaschi Filho abordou com propriedade temas como a globalização, a importância da sustentabilidade, da inovação tecnológica e da mudança de comportamento (confira entrevista com o professor Arlindo na pág. 30).

Concluindo os trabalhos, o presidente do Crea apresentou e respondeu perguntas sobre o processo de execução das metas e diretrizes definidas nos Planejamentos 2006/2007, além de apontar os desafios para 2008. "Nosso projeto de um novo Crea é coletivo e já está consolidado. Em pouco mais de dois anos de gestão, iniciamos várias ações e projetos, além de aprimorarmos iniciativas de gestões passadas. Hoje, o Crea-ES acompanha o desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo e é referência entre os Creas do país", afirmou Fiorotti.



Diretora do CT-Ufes, Eng. Civil Maristela Gomes da Silva

### Institucional

# Profissionais do Espírito Santo comandam Câmaras do Confea

Jorge Luiz e Silva e Eliezer Cristino de Oliveira são os novos coordenadores nacionais das Câmaras Especializadas de Engenharia Agronômica e de Engenharia de Segurança do Trabalho





Eng. Agronômo Jorge Luiz e Silva (E) e Eng. Civil e de Segurança Eliezer Cristino de Oliveira

Nos últimos dias 28 e 29 de fevereiro, cerca de 180 coordenadores de Câmaras Especializadas realizaram, em Brasília, o encontro anual que define a pauta de ações a ser levada adiante, durante o ano, em todos os Estados.

Na primeira parte dos trabalhos, realizada na manhã do dia 28, foram eleitos os novos coordenadores nacionais que comandarão os trabalhos das Câmaras. O resultado é que duas Câmaras Nacionais serão coordenadas por profissionais que atuam em terras capixabas, o que confirma o nível de seriedade e de compromisso dos conselheiros do Crea-ES.

O Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva foi eleito para a Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Agronômica e o Engenheiro Civil e de Seg. do Trabalho Eliezer Cristino de Oliveira para a Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia de Segurança do Trabalho.

Temas como o combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos, sustentabilidade e cuidados com o meio ambiente, além de iniciativas de valorização profissional são apontados como prioridade para a nova Coordenadoria de Câmaras Especializadas de Engenharia Agronômica, segundo o Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva.

Para o primeiro coordenador da Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho, Eliezer de Oliveira, o encontro deste ano teve um significado especial. Ele marca a instalação da Câmara, que funcionou como Grupo de Trabalho nos últimos cinco anos. "A prioridade de 2008 é concretizar a implantação de Câmaras em 24 Creas, já que no Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro elas foram instaladas em 2007". destacou Eliezer.

### Como **funcionam** as coordenadorias

Instituídas por meio da Resolução nº 390, de 9 de novembro de 1994, as Coordenadorias de Câmaras Especializadas dos Creas são fóruns consultivos do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) que têm por objetivo estudar, discutir e propor a implementação de ações voltadas para a

uniformização de procedimentos que visem à unidade de ação dos Creas.

As coordenadorias de Câmaras Especializadas do Confea são compostas pelos coordenadores das Câmaras Especializadas dos Creas e correspondem a agrupamentos das profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea. Atualmente, o Confea dispõe das Coordenadorias de Câmaras Especializadas de Engenharia Civil; Engenharia Elétrica; Engenharia Química; Engenharia de Agrimensura; Engenharia Industrial; Geologia e Minas; Agronomia; Arquitetura; e Engenharia de Segurança do Trabalho.



Primeira reunião da Ceest

# Crea instala Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho

#### Todos os profissionais presentes se mostraram satisfeitos com a iniciativa do Crea-ES e afirmaram que a instalação da Ceest é um marco histórico

↑ luta dos profissionais que militam pela valorização Ada Engenharia de Segurança do Trabalho acaba de ganhar um importante reforço. Trata-se da instalação da Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho (Ceest) no âmbito do Crea-ES.

A primeira sessão da Ceest foi realizada no último dia 18 de fevereiro. Na oportunidade, foram eleitos o Coordenador e o Coordenador Adjunto da Câmara, os Engenheiros Civis e de Segurança do Trabalho Eliezer Cristino de Oliveira e Sebastião Luiz Bosi, respectivamente.

"A diminuição do número de acidentes de trabalho e a melhoria das condições de saúde e segurança para os trabalhadores demandam consciência. conhecimento, vontade política e, sobretudo, constância. Com essa primeira reunião da Ceest, damos continuidade a um trabalho sério envolvendo muitos atores que sempre tiveram espaco garantido e apoio do Crea. Afinal, a valorização dos profissionais da área de Engenharia de Segurança do Trabalho, em todos os níveis de formação, integra o conjunto de metas da atual gestão", afirma o presidente do Conselho, Eng. Civil e de Segurança do Trabalho Luis Fiorotti.

O Eng. Civil e de Seg. do Trabalho Eliezer Cristino de Oliveira, eleito coordenador da Ceest, acredita que "a atuação da Câmara será voltada não apenas para a valorização profissional da categoria, mas em favor da vida dos trabalhadores, pela diminuição do número de acidentes e por melhores condições de trabalho".

Todos os profissionais presentes se mostraram satisfeitos com a iniciativa do Crea-ES e afirmaram que a instalação da Ceest é um marco histórico. "A Comissão Especial de Engenharia de Segurança do Trabalho (Ceest) do Crea-ES atua há mais de uma década e apresentou importantes resultados ao longo dessa trajetória. O Crea-ES é pioneiro nas discussões sobre a criação de uma Câmara Especializada dessa área. É uma importante conquista dos Engenheiros e Técnicos de Segurança do Trabalho", garante o conselheiro do Crea Eng. Mecânico Adelar Castiglioni.

Além dos profissionais iá citados, estavam presentes ainda os Engenheiros Sebastião da Silveira, Marcelo Dias Maciel, Jadilson Denaday, Edvaldo Catelan, Alexandre Rodrigues Machado e o presidente do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho, Téc. Josvaldo Maria dos Anjos.

### Câmaras definem coordenações

O ano de 2008 marca a instalação da Câmara Especializada de Engenharia de Seguranca do Trabalho (Ceest), mas o Conselho possui outras cinco Câmaras Especializadas: Arquitetura; Engenharia Agronômica: Engenharia Civil; Engenharia Elétrica: e Engenharia Industrial. O presidente do Crea, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, conduziu as primeiras sessões de 2008 dessas Câmaras, quando foram eleitos os coordenadores e coordenadores adjuntos das mesmas.

Câmara Especializada de Arquitetura (Cear) Coordenador

Arquiteto Eduardo Simões Barbosa

Câmara Especializada de Engenharia Agronômica (Ceea) Coordenador

Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva **Coordenador Adjunto** 

Téc. Agrícola Vitalino Fermo

Câmara Especializada de Engenharia Civil (Ceec) Coordenador

Eng. Civil José Lemos Sobrinho

**Coordenador Adjunto** 

Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira

Câmara Especializada de Engenharia Elétrica (Ceee) Coordenador

Eng. Eletricista Eduardo Luis Henriques

Coordenador Adjunto

Téc. em Eletrotécnica José Joaquim da Silva Gonçalves

Câmara Especializada de Engenharia Industrial (Ceei) Coordenador

Eng. Mecânico e de Seg. do Trab. Adelar Castiglioni **Coordenador Adjunto** 

Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini

### Institucional

# **Engenheiros** recebem da CMV Comenda Saturnino de Brito

Honraria é concedida em sessão solene, anualmente, pelo Legislativo municipal, aos engenheiros que se destacam por sua contribuição ao desenvolvimento da capital

Os profissionais da área tecnológica são tradicionalmente lembrados por sua colaboração no desenvolvimento das cidades e também por criarem soluções que facilitam o nosso cotidiano, seja o fato de podermos executar tarefas simples como acender uma lâmpada e escolher uma fruta na prateleira até a utilização de sofisticados equipamentos e máquinas.

Para homenagear parte desses profissionais, mais precisamente os engenheiros que se destacam por sua contribuição ao desenvolvimento da capital do Espírito Santo, a Câmara Municipal de Vitória (CMV) concede todos os anos, em sessão solene, a Comenda Saturnino de Brito.

A outorga mais recente foi realizada no dia 6 de dezembro, quando foram agraciados o presidente do Crea-ES, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti; o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (Senge-ES) e gerente institucional do Crea, Eng. Mecânico Sebastião da Silveira; e os conselheiros Eng. Civil Rogerio Zorzal; Eng. Civil Rúbio Antônio Freitas Vale Marx; e Eng. Civil José Maria Cola dos Santos, que também preside a Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE).

A sessão solene antecipou as comemorações do Dia do Engenheiro e do Arquiteto, oficialmente celebrado no dia 11 de dezembro.

# Histórico

Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864 - 1929) foi o Engenheiro Sanitarista que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o "pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil".

Brito escreveu várias obras técnicas que foram adotadas na França, Inglaterra e Estados Unidos (fonte: Wikipédia).



Eng. Civil José Maria Cola (E), Eng. Civil e de Seg. Trab. Luis Fiorotti, Eng. Civil e Vereador Esmael Almeida e Eng. Mecânico Sebastião da Silveira

# Pesquisa mostra profissionais satisfeitos com atuação do Crea

Segundo dados da sondagem, considerando os 700 profissionais entrevistados, 66,7% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pelo Crea-ES

Conhecer as expectativas e anseios dos profissionais da área tecnológica é o principal motivo que leva o Crea-ES a encomendar, anualmente, uma pesquisa de opinião. A sondagem integra o conjunto de ferramentas que o Conselho utiliza para traçar suas ações na busca por resultados a curto, médio e longo prazos. Outro exemplo que se enquadra nessa prática é o planejamento estratégico institucional, também realizado uma vez a cada ano.

Para a pesquisa de opinião referente ao ano de 2007, foi contratado o Instituto de Pesquisa Enquet, que, nos meses de novembro e dezembro do ano passado, entrevistou 700 profissionais registrados no Crea-ES. Parte desse público (110 profissionais) é formada por funcionários de empresas e instituições selecionadas para a pesquisa. Entre elas estão Aracruz Celulose, Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Samarco Mineração, Escelsa Energias do Brasil, ArcelorMittal Tubarão, Vale, Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e Petrobras. A margem de

erro global é de 3,4%, para um coeficiente de confiabilidade de 95%.

Os resultados comprovam a satisfação dos entrevistados com a qualidade dos serviços oferecidos pela instituição. Segundo dados da pesquisa, 66,7% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com os serviços prestados pelo Crea-ES. Esse percentual se refere a uma visão geral, ou seja, considerando os 700 profissionais entrevistados.

Dos sentimentos citados pelo grupo de profissionais de empresas selecionadas, os que mais refletem a sensação dos entrevistados com relação ao desempenho da atual gestão do Crea-ES são "respeito" e "credibilidade", com 34,5% e

A Constant of the Constant of

Rita Abreu, Diretora da Enquet, mostra resultados da pesquisa

20,9%, respectivamente, seguidos de "confiança" e "profissionalismo", ambos com 19,1%. Já as ações desenvolvidas pelo Crea-ES consideradas mais importantes são o "trabalho realizado pela conscientização do cumprimento do Salário Mínimo Profissional", com 39,1%, e a "oferta de cursos de atualização", com 34,8%.

A pesquisa mediu também a eficácia dos meios de comunicação utilizados pelo Crea-ES, o conheci-

mento e a aceitação dos cursos e eventos promovidos, além das expectativas dos profissionais com relação ao desempenho da atual gestão no próximo ano, entre outros assuntos.

Na visão geral, 56,9% dos entrevistados avaliaram a atual gestão do Crea-ES como positiva. Do total desse percentual, 49,3% dos profissionais a consideraram "boa" e 8,6% a definiram como "ótima".

### Comunicação

Entre os profissionais que atuam em empresas, 84,6% confiam no conteúdo publicado na Revista Tópicos, enquanto que 10,3% confiam um pouco e 5,1% não opinaram ou não souberam responder.

O mesmo quesito foi avaliado pelos entrevistados em relação ao portal de Internet do Crea-ES. Sobre o veículo, 77,8% disseram confiar nas informações, 14,3% confiam um pouco e 7,9% não opinaram ou não responderam. Em ambos os casos, o percentual de público que não confia nas informações foi igual a zero.

A eficácia dos cursos e eventos promovidos pelo Educação Continuada e a Distância (Educ) também foi avaliada pela pesquisa





Primeira plenária de 2008, em 22 de janeiro, elege diretores, conselheiros e membros de comissões do Crea-ES

# Plenária 901 define os nomes da **nova** diretoria do Conselho

Foram eleitos ainda os novos ocupantes dos cargos de coordenadores de Comissões Temporárias e Permanentes, além dos novos Conselheiros, renovando, assim, 1/3 do Plenário.

La primeira Sessão Plenária de cada ano que conselheiros do Crea-ES elegem aqueles que irão compor a diretoria da instituição. Foi o caso da Sessão Plenária de número 901, realizada no último dia 22 de janeiro, no auditório do Conselho, com transmissão ao vivo pelo portal de internet www.creaes.org.br.

Num processo democrático, foram eleitos e empossados os seguintes nomes para compor a Diretoria - exercício 2008:

**Unidade** - O presidente da instituição, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, agradeceu a participação efetiva dos integrantes da Diretoria 2007 e disse estar confiante de que em 2008 o caráter de unidade apresentado durante os dois primeiros anos de sua gestão será ainda mais consolidado.

Na pauta da Sessão Plenária, constaram ainda as eleições para os cargos de coordenadores de Comissões Temporárias e Permanentes, além das posses dos novos Conselheiros, renovando, assim, um terco do Plenário. Confira os nomes:

#### 1º vice-presidente:

Téc. Industrial em Mecânica Ronaldo Neves Cruz

#### 2º vice-presidente:

Eng. Civil Patricia Brunow Diniz Ribeiro Barbosa **Diretor administrativo:** 

Eng. Civil João Carlos Meneses

#### Diretor financeiro:

Eng. Eletricista Antonio Vitor Cavalieri

#### Vice-diretor administrativo:

Eng. Eletricista Afonso Celso de Souza Oliveira

#### Vice-diretor financeiro:

Eng. Civil Wania Nassif Marx

#### Câmaras **Especializadas**

#### **Arquitetura**

\*Arquiteto e Urbanista Eduardo Simões Barbosa (**Titular**) Arquiteta Ana Paula Rabello Lyra (Suplente) Arquiteto André Luiz de Souza (**Titular**) Arquiteta Roberta de Lima Guariento (Suplente) Téc. Edificações Geraldo Sampaio Torres (Titular) Arquiteto Marco Antônio Cypreste Romanelli (Titular) Arquiteto Alberto Bernabé Kirchmayer (Suplente) Téc. Ind. em Mecânica Ronaldo Neves Cruz (Representante do Plenário)

#### Engenharia Agronômica

Téc. Agrícola Rômulo José Izoton (Suplente) Eng. Florestal Eugenio José Agrizzi (Titular) Eng. Florestal Mariana dos Reis Ribeiro (Suplente) \*Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva (Titular) Eng. Agrônomo Helder Paulo Carnielli (Suplente) Eng. Florestal José Tarcísio da Silva Oliveira (Titular) Eng. Agrícola Luis César da Silva (Suplente) Eng. Agrônoma Magda Cecilia Pavesi Felner (Titular) Eng. Agrônomo Álvaro João Bridi (Suplente) Eng. Agrônomo Valter José Matielo (Titular) Eng. Agrônomo Miguel Ângelo Aguiar (Suplente) \*\*Técnico Agrícola Vitalino Fermo (Titular) Técnico Em Agropecuária Dimas Piontkovsky (Suplente) Eng. Civil Wania Nassif Marx (Represent. do Plenário)

#### **Engenharia Civil**

Eng. Civil Alexandre José Serafim (Titular) Eng. Civil Leonardo Santos Gorza (Suplente) Téc. Agrimensura Aloísio Carnielli (Titular) Téc. Agrimensura Joel Rocha Trancoso (Suplente) Eng. Civil Delfim Francisco da Costa Filho (Titular) Eng. Civil Juliano Curto de Barros (Suplente) Eng. Civil João Carlos Meneses (Titular) Eng. Civil Sérgio Paulo Dório Vidal (Suplente) \*Eng. Civil José Lemos Sobrinho (Titular) Eng. Civil Rúbio Antônio Freitas Vale Marx (Suplente) Eng. Civil Marco Antônio de Oliveira (Titular) Eng. Civil Antonio José Nunes (Suplente) Eng. Civil Patrícia Brunow Diniz Ribeiro Barbosa (Titular) \*\*Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira (Titular) Eng. Civil João Luiz Castello Lopes Ribeiro (Suplente) Eng. Civil Rogerio Zorzal (Titular) Eng. Civil Wania Nassif Marx (Titular) Eng. Civil Edivaldo Antonio Catelam (Suplente) Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques

(Representante do Plenário)

#### Engenharia Elétrica

Eng. Eletricista Afonso Celso de Souza Oliveira (Titular) Eng. Eletricista Adolpho Baltazar Bonella (Suplente) Eng. Eletricista Antonio Luiz de Assis (Titular) Eng. Eletricista César Laeber Francêz (Suplente) Eng. Eletricista Antonio Vitor Cavalieri (Titular) Eng. Eletricista Sérgio Augusto Costa (Suplente) \*Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques (Titular) Eng. Eletricista Ary Medina Sobrinho (Suplente) Eng. Eletricista Felipe Nascimento Martins (Titular) Eng. Eletricista Welfane Kemil Tão (Suplente) \*\*Téc. Eletrotéc. José J. da Silva Gonçalves (Titular) Téc. Eletrotéc. Délio Moura do Carmo (Suplente) Téc. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles (Titular) Téc. em Eletrotécnica Hideraldo Gomes (Suplente) Eng. Civil Marco Antônio de Oliveira (Representante do Plenário)

#### **Engenharia Industrial**

Eng. Mecânico José Antônio Saadi Abi-Zaid (Suplente) Eng. Químico Eliezer Cunha (Titular) Eng. Química Simone Baia Pereira (Suplente) Eng. Mecânico Fábio Calmon Mantovanelli (Titular) Eng. Mecânico Adalberto Fernando Trés (Suplente) \*\*Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini (Titular) Eng. Mecânico Braz Ragassi (Suplente) Eng. de Minas Gilberto Freire Rangel (Titular) Eng. Geóloga Leila Issa Vilaca (Suplente) Téc. em Mecânica Jadir José Pela (Titular) Téc. em Mecânica Jairo Estevão Rocca (Suplente) Eng. Metalurgista Maurício Fonseca Filho (Titular) Eng. Metalurgista Lúcio Flávio Arrivabene (Suplente) Téc. Mecânica Ronaldo Neves Cruz (Titular) Téc. Mecânica Adejair Anselmo Pertel (Suplente) Eng. Civil Eliezer Cristino de Oliveira

\*Eng. Mecânico Adelar Castiglioni Cazaroto (Titular)

Eng. Mecânico Aristóteles Alves Lyrio (Titular)

Eng. Mecânico Manoel de Souza Pimenta Neto (Suplente)

(Representante do Plenário)

Engenharia de Segurança do Trabalho Eng. de Seg. do Trab. Cacilda Ribeiro do Santos \*Eng. de Seg. do Trabalho Eliezer Cristino de Oliveira (Titular) \*\* Eng. de Seg. do Trabalho Sebastião Luiz Bosi (Titular) Eng. Civil Jadilson Denaday da Silva (Suplente) Eng. Mecânico e de Seg. do Trab. Adelar Castiglioni Cazaroto (Representante do Plenário)

\*\* Coordenador Adiunto

#### Comissões Permanentes

#### Orçamento e Tomada de Contas

#### **Titulares**

Téc. em Agrimensura Aloisio Carnielli

Eng. Mecânico Fabio Calmon Montovanelli

Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques

Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira

Eng. Agrônoma Magda Cecília Pavesi Felner

#### **Suplentes**

Eng. Civil José Lemos Sobrinho

Téc. em Eletrotécnica José Joaquim da S. Goncalves

Eng. Eletricista Antonio Luiz de Assis

Eng. Civil Marco Antonio de Oliveira

#### Renovação do Terço

#### **Titulares**

Eng. Mecânico Adelar Castiglione Cazarotto

Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira

Eng. Florestal Eugenio José Agrizzi

Eng. de Seg. do Trabalho Eliezer Cristino de Oliveira

Eng. Agrônoma Magda Cecília Pavesi Felner

#### **Suplentes**

Eng. Florestal Jose Tarcisio da Silva Oliveira

Eng. Metalurgista Mauricio Fonseca Filho

Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini

Téc. em Eletrotécnica Jose Joaquim da S.

Gonçalves

#### Ética Profissional

#### **Titulares**

Eng. Civil Wania Nassif Marx

Téc. em Mecânica Jadir José Pela

Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira

Eng. Florestal José Tarcisio da Silva Oliveira

Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva

#### **Suplentes**

Téc. Agrícola Vitalino Fermo

Eng. Civil Marco Antonio de Oliveira

Eng. Metalurgista Mauricio Fonseca Filho

Téc. em Mecânica Ronaldo Neves Cruz

Eng. Agrônoma Magda Cecília Pavesi Felner

#### Comissões Temporárias

#### Comissão Eleitoral Regional — CER

#### **Titulares**

Téc. em Agrimensura Aloísio Carnielli

Eng. Mecânico Fábio Calmon Mantovanelli

Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini

Eng. Agrônoma Magda Cecília Pavesi Felner

Eng. Florestal Eugenio José Agrissi

#### **Suplentes**

Eng. Florestal José Tarcisio da Silva Oliveira

Eng. Civil Marco Antonio de Oliveira

Eng. de Segurança do Trabalho Eliezer C. de Oliveira

Téc. em Eletrotécnica José Joaquim da S.

Gonçalves

Téc. Agrícola Vitalino Fermo

#### Comissão de Educação e Atribuição Profissional

#### **Titulares**

Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini

Téc. em Mecânica Jadir José Pela

Eng. Mecânico Aristóteles Alves Lyrio

Representante da Ufes - a indicar

Eng. Agrônomo Valter José Matielo

#### **Suplentes**

Representante da Univix - a indicar

Téc. em Mecânica Ronaldo Neves Cruz

Eng. Eletricista Felipe Nascimento Martins

Eng. Florestal José Tarcisio da Silva Oliveira

#### Grupos de Trabalho

#### Meio Ambiente

Eng. de Minas Aurélio A. Barreto Neto

Eng. Civil Marcos Motta Ferreira

Eng. Química Maria Alice Mochel Piccolo

Eng. Agrônomo Álvaro João Bridi

Eng. Civil Rogerio Zorzal

Eng. Mecânico José Carlos de Assis

#### Crea Júnior

#### Conselheiros

Eng. Civil Patricia Brunow

Eng. Mecânico Geraldo Rossoni Sisquini

Eng. Eletricista Antonio Vitor Cavalieri

#### **Estudantes**

Ricardo Coelho dos Santos Filho

Mônica Guimarães Ventorim

Rachel Campagnaro Carmineti

Fernanda Pereira de Aguiar Viana

Rubens Guarnel Corça

Nathan Amaral Andrião

Alexandre de Lima Oleari

Felipe Maia

Thairo dos Reis Pandolfi

Breno Stutz Xavier

#### Geologia e Minas

#### **Titulares**

Eng. Geóloga Leila Issa Vilaça

Eng. Geólogo Silvio Senra Júnior

Eng. de Minas Antonio Nascimento Gomes

Eng. de Minas Gilberto Freire Rangel

#### **Suplentes**

Geólogo Rodrigo Stutz Salgueiro

Eng. Geóloga Soraya Martins Malacarne

Eng. de Minas Antonio Fernando de Castro

Pires Ferreira

Eng. de Minas Giuseppe Vicenzo de Lorenzo

### **C**rea destaca

# Agência Vitória traz novos conceitos e **descentraliza** serviços

Com a inauguração, as Unidades de Fiscalização e Operacional foram para o novo endereço, onde profissionais e clientes já são atendidos com mais comodidade e conforto

Localização e contato

Rua Elesbão Linhares, 165, Praia do Canto — entre as Avenidas Rio Branco e Aleixo Neto. A Agência Crea Vitória apresenta facilidades por estar próximo a bancos, correios, lotéricas, papelarias, restaurantes e lojas.

O telefone geral da Agência Crea Vitória é o (27) 3134-0000.

Serviços

As unidades de Fiscalização e Operacional foram transferidas da sede para a Agência Crea Vitória. Lá já são ofertados os serviços de dívida ativa, atendimento, acervo técnico, ART, registro de pessoa física e registro de pessoa jurídica, entre outros.

Rua Elesbão Linhares, 165, Praia do Canto, Vitória, Espírito Santo. Autoridades políticas e empresariais, profissionais e estudantes da área tecnológica, colaboradores do Crea e a comunidade se unem para um momento especial e histórico: a inauguração da Agência Crea Vitória, que apresenta um novo conceito de atendimento e prestação de serviços, além de acompanhar a evolução socioeconômica do Espírito Santo e atender a expectativa dos profissionais da área tecnológica e da comunidade. O atendimento em ambiente térreo garante também a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida.

"Esta conquista é um marco de descentralização, de modernidade, de ampliação e melhoria dos serviços prestados ao nosso crescente número de profissionais e à comunidade capixaba", disse o presidente do Crea, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti.

Entre as autoridades políticas que prestigiaram o evento estava o presidente da Câmara Municipal de Vitória, Vereador Alexandre Passos, que apontou a inauguração da Agência Crea Vitória como sendo uma "mostra de quanto o Crea é respeitado e o quanto a categoria cresceu". A atitude de pensar soluções para o Espírito Santo e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do Estado também foram elogiados pelo vereador.

O deputado estadual e Engenheiro Agrônomo Elion Vargas parabenizou a visão empreendedora dos profissionais da área tecnológica. "Fico feliz em poder comprovar os avanços da categoria. Deixo aqui o meu voto de confiança e me coloco à disposição para contribuir com a luta desses profissionais", disse.

Outra autoridade política que prestigiou a inauguração da Agência Crea Vitória foi o senador e Eng. Florestal Renato Casagrande, que reafirmou seu compromisso em contribuir com a pauta estabelecida pelo Sistema Confea/Crea. "Nosso trabalho no Senado também cumpre um papel da dar sustentação ao projeto de melhoria da qualidade de vida de todos. O Crea conquistou um papel de destaque aqui no Estado e a inauguração dessa nova Agência reforça essa imagem de credibilidade e responsabilidade da instituição", elogiou.



Agência Vitória: conforto e otimização do atendimento

### Serviços transferidos

Com a inauguração da Agência Crea Vitória, as Unidades de Fiscalização e Operacional foram transferidas da atual sede do Conselho para o novo endereço, onde os profissionais e clientes já são atendidos com mais comodidade e conforto, e podem solicitar os serviços de registro de pessoa física, registro de pessoa jurídica, acervo técnico, ART e dívida ativa, entre outros.

A Presidência e as unidades de Relacionamento, Institucional e de Controladoria permanecem na atual sede, que será também reformulada e terá o auditório ampliado, o que facilitará a realização de plenárias, reuniões, cursos, palestras e outros eventos.





# VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

# SMP: só um esforço coletivo pode levar ao cumprimento da lei

Um dos resultados mais expressivos dessa luta, que envolve as entidades de classe registradas no Crea, é a publicação da Lei Ordinária do Município de Vitória, Nº 7.157/07

Comum ouvirmos, em nosso dia-a-dia, que uma lei "pegou" e que outra não. A expressão popular significa que, na prática, nem toda a legislação brasileira tem sido respeitada. Um exemplo é a Lei 4950-A/66, mais conhecida como Lei do Salário Mínimo Profissional (SMP), que, apesar de ter sido criada há mais de 40 anos, ainda não é contemplada em todas as relações trabalhistas que envolvem os profissionais de nível superior das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (veja quadro sobre a Lei do SMP).

No Espírito Santo, os trabalhadores de órgãos públicos são os mais prejudicados. Uma

brecha na Lei faz com que apenas aqueles empregados celetistas, ou seja, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) se enquadrem na Lei do Salário Mínimo Profissional.

A partir de convites encaminhados pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (Crea-ES), foi realizada uma série de reuniões com autoridades políticas de todo o Estado, ao longo dos dois últimos anos, para tratar da Lei do SMP. Um dos resultados mais expressivos dessa luta, que envolve também as entidades de classe registradas no Conselho, é a publicação da Lei Ordinária

# **E**special

do Município de Vitória, Nº 7.157/07, dia 22 de dezembro de 2007.

A Lei institui que os profissionais da Engenharia, Arquitetura, Geologia e Geografia que integram o quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Vitória, seja por regime estatutário, celetista ou contrato temporário - e ainda aqueles cedidos ao Município de Vitória — têm direito a gratificacão especial de R\$ 1,05

mil ou de R\$ 787,50 a ser paga àqueles profissionais que cumprem jornada de trabalho mensal de 200 horas e de 150 horas, respectivamente.

"O reconhecimento dos parlamentares da Câmara Municipal, que aprovaram a Lei  $N^{\circ}$  7.157/07 - e também a iniciativa do Prefeito João Coser, que enviou a mensagem e a sancionou - são fruto do trabalho e da atuação efetiva dos profissionais da área tecnológica. Essa categoria está entre as principais responsáveis pelo avanço e pela melhoria da qualidade de vida em nossa capital. Desse esforço coletivo, fazem parte ainda o Crea-ES, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (Senge-ES), a Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE) e o Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Espírito Santo (IAB-ES)", comenta o presidente do Conselho, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti.

Participação -"Considero de fundamental relevância a participação dos profissionais da área tecnológica para o nível de desenvolvimento que o nosso Estado alcançou e ainda vai atingir. O volume de investimentos que o Espírito Santo tem experimentado exige cada vez mais profissionais qualificados e por conseqüência, bem-remunerados. Afinal, a demanda por engenheiros e arquitetos é quantitativa e qualitativa. Já quanto ao cumprimento da Lei do SMP, acredito que o Crea, como entidade forte e respeitada, pode contribuir bastante com o processo de interlocução com os empregadores, apesar de essa ser uma ação e uma bandeira históricas dos sindicatos dessas catego-

rias", enfatiza o deputado federal Lelo Coimbra.

Prioritária - Na última pesquisa de opinião, encomendada pelo Crea-ES e realizada pelo Instituto Enquet, em novembro de 2007, os profissionais entrevistados apontaram como prioridade a luta pela valorização profissional. Nesse contexto, o não-cumprimento da Lei do SMP deve ser ainda mais combatido.

"Temos vários desafios. O primeiro é o fato de a Lei do SMP incluir apenas os celetistas.

O Deputado Federal Lelo Coimbra garante que o Crea pode ser importante interlocutor

Temos de desenvolver uma luta muito grande para que os estatutários, que têm o mesmo tipo de atividade profissional e responsabilidade, também tenham acesso a essa remuneração básica. Acredito que hoje a melhoria da economia brasileira trará por si só um processo de maior valorização da engenharia como um todo, onde a questão do salário mínimo passará, inclusive, a ter um outro tipo de dinâmica, onde o mínimo

será apenas uma referência e a luta será por uma maior remuneração, em todas as faixas", vislumbra o presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Eng. Civil Marcos Túlio de Melo.

O presidente do Confea explica que na lei brasileira a atribuição e a responsabilidade pelo cumprimento do SMP são atividades sindicais, mas conta com o apoio e a mobilização do Sistema Con-

> fea/Crea e das entidades de classe. "Tratase de uma questão que atinge a categoria como um todo. Um dos desafios é conseguir construir, junto com os governos municipais e estaduais, leis e decretos dos executivos estabelecendo o cumprimento também de um salário mínimo equivalente ao da 4950-A para os estatutários, em níveis municipal e estadual. E essa luta tem de ser desenvolvida também em nível federal", enfatiza Marcos Túlio.

> Campanha - "Temos buscado uma articulação cada vez maior com as federações sindicais da engenharia e da arquitetura, para fortalecer essa mobilização. Em 2006, houve uma grande campanha de valorização profissional, em comemoração aos 40 anos da lei 4950-A, mas ainda podemos avançar muito mais, para assegurar de fato a justa remuneração para os profissionais. Vamos vivenciar no mercado uma situação completamente diferenciada, em que a questão agora vai ser da justa remuneração, que passa pela preservação de um piso, mas temos de lutar para que os salários realmente sejam mais valorizados dentro desse processo". conclui Marcos Túlio.

O presidente do Crea, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Luis Fiorotti, afirma que a luta pelo cumprimento da Lei do SMP é prioridade da atual gestão e aponta ainda a tendência de alguns empregadores de adotarem o SMP como salário máximo. "Nosso trabalho é coletivo e conta com a contribuição efetiva das entidades de classe que integram o Crea-ES. Essa união de esforços visa a um projeto único de valorização dos profissionais da área tecnológica", lembra Fiorotti.

# Campanha Nacional

"A valorização profissional começa pelo respeito ao piso salarial". Com esse tema, a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Engenheiros (Fisenge); a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE); a Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA); o Sistema Confea/Crea e a Mútua/Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea lançaram, em 2006, uma campanha nacional pelo cumprimento do SMP. A iniciativa marcou os 40 anos da Lei 4.950-A/66.

"A campanha continua. Temos empenhado um grande esforço, nessa que é uma das principais bandeiras do Crea e do Senge: exigir o cumprimento do SMP. Acredito que avancamos, mas ainda temos muito trabalho pela frente, principalmente nas administrações públicas. Os profissionais da área tecnológica que atuam no setor público são os grandes responsáveis pela construção da infra-estrutura do Espírito Santo. A administração pública direta, que resiste em seguir a lei e, em muitos casos, paga salários vergonhosos a esses profissionais, alega em sua defesa que a lei 4950-A/66 não se estende a funcionários estatutários, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). O enfrentamento dessa situação requer a mobilização permanente da categoria e vigilância, por parte de suas instituições representativas", acredita o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (Senge-ES) e gerente institucional do Crea-ES, Eng. Mecânico Sebastião da Silveira.

Sebastião defende ainda a importância dos profissionais se unirem na luta pelo cumprimento do SMP e que um dos caminhos é a participação efetiva nas entidades de classe e no movimento sindical. "O Sindicato atua para garantir que os direitos dos trabalhadores se-

jam respeitados. Quanto mais trabalhadores sócios o Sindicato tiver, mais forte ele será, e poderá pressionar empregadores e os poderes constituídos para negociar melhores salários e condições dignas de trabalho para a categoria". esclarece Silveira.

O senador e Eng. Florestal Renato Casagrande concorda com o presidente do Senge-ES sobre a importância dos trabalhadores se organizarem e acrescenta outras duas ferramentas para essa luta: a articulação política e a qualificação profissional. "O Brasil, em seu passado recente, sofreu com a estagnação econômica, o que gerava falta de oportunidades para os profissionais da área tecnológica. Eles eram pouco valorizados e os baixos salários imperavam. Hoje, o país está numa fase que apresenta situação econômica favorável, com bons investimentos dos setores público e privado, mas esse quadro, sozinho, não garante a



O Senador e Eng. Florestal Renato Casagrande enfatiza a necessidade de qualificação, organização e articulação política

valorização profissional. Acredito na busca pela qualificação, organização profissional e articulação política como iniciativas fundamentais. Daí a importância de se fortalecerem as entidades. O Crea-ES está no caminho certo, quanto a esse ponto", afirma Casagrande.

# **E**special

# Histórico da Lei do SMP\*

A lei 4.950-A/66 foi editada no dia 22 de abril de 1966, regulamentando o salário mínimo dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. Aprovada pelo Congresso Nacional, recebeu o veto integral do então Presidente da República, Castelo Branco, que, dentre

> outras motivações, alegou que: "... seria uma interferência direta nos fatores condicionantes da lei da oferta e da procura, elevando, consequentemente, os custos de produção e atuando como fator inflacionário, em marcante obstáculo à política de estabilização monetária desenvolvida pelo Governo".

A pressão política exercida sobre o Congresso Nacional levou a que este derrubasse o veto presidencial em 13 de maio de 1966.

ziu a remuneração inicial dos profissionais, "Art. 82 - As remunerações iniciais dos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos. qualquer que seja a fonte pagadora, não poderão ser inferiores a 6 (seis) vezes o Salário Mínimo da respectiva região".

Este artigo foi vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional - D O U de 24 de abril de 1967

No Diário da Justiça de 13 de março de 1968, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou, na Representação nº 745-DF, não aplicar o dispositivo previsto no Art. 82 ao pessoal regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos. Essa manifestação do STF constitui-se, desde então, na base de sustentação do veto presidencial ao Art. 82 da Lei 5.194/66, assim como da Resolução nº 12/71, do Senado Federal, que suspendeu a execução da Lei 4.950-A/66 em relação ao serviços públicos sujeitos ao regime estatutário.

Desta forma, essas leis, excetuando-se o aspecto acima referido, encontram-se em plena vigência. No caso específico do SMP, de que trata a Lei 4.950-A/66, acabou tendo a sua aplicação fortalecida pelo disposto na Constituição Federal de 1988, cujo Art. 7º, inciso V, prevê a existência de piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

Ainda naquele ano, no dia 24 de dezembro, foi editada a Lei 5.194/66, que passou a regulamentar o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo. Seu artigo 82, que introduem consonância com a Lei 4.950-A/66, dizia:



Castelo Branco: veto derrubado pelo Congresso

\*Fonte: Guia do Salário Mínimo Profissional

# Lei n° **4950-A/66**

Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e manteve, após veto presidencial, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no § 4º, do art. 70, da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

- **Art. 1º** O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é fixado pela presente lei.
- **Art. 2º** O salário-mínimo fixado pela presente lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º, com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.
- **Art. 3º** Para os efeitos desta lei, as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º são classificados em:
  - a) atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço;
  - b) atividades ou tarefas com exigência de mais de 6 (seis) horas diárias de serviço. Parágrafo único. A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.
  - **Art. 4º** Para os efeitos desta lei, os profissionais citados no art. 1º são classificados em:
    - **a)** diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais.
    - **b)** diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.
- **Art. 5º** Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea "a" do art. 3º fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea "a", do art. 4º e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea "b", do art. 4º.
- **Art. 6º** Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea "b", do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feita tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta lei, acrescidas de 25% (vinte e cinco por cento) as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviço.
- **Art. 7º** A remuneração do trabalho noturno será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).
- **Art. 8º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República. AURO MOURA ANDRADE — Presidente do Senado Federal.

# Técnicos podem ter **remuneração** regulamentada

O plenário do Senado Federal aprovou, no último dia 18/12, o Projeto de Lei do Senado nº 227/05, de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que estende o piso salarial a todos os técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. A matéria altera os dispositivos da Lei nº 4.950-A.

De acordo com o site do Senado Federal, o projeto foi remetido para a Câmara dos Deputados no último dia 21 de fevereiro. Pelo projeto, o valor do piso para os técnicos de nível médio será correspondente a "66% da menor remuneração atribuída em lei para os diplomados pelos cursos regulares superiores que exigem registro profissional perante os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia".

Mobilização - "A aprovação do projeto de lei no Senado é resultado da mobilização dos técnicos e acredito que estamos próximo da vitória. O percentual de 66% como mínimo é interessante e indica o momento de valorização dos técnicos industriais", declara o presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Estado do Espírito Santo (Sintec-ES), Téc. Industrial em Metalurgia Kepler Daniel S. Eduardo (foto).



# Mútua amplia número de associados com ampla oferta de benefícios

Ao se aproximar da marca de mil associados e ultrapassar a cifra dos R\$ 6 milhões em benefícios, a Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-ES se configura em 2008 como uma entidade imprescindível para os profissionais da área tecnológica no Espírito Santo.

Com a oferta de inúmeros produtos, serviços e benefícios, a instituição vem conseguindo fomentar o desenvolvimento e proporcionar assistência de qualidade a esses profissionais e seus dependentes. "A Mútua disponibiliza auxílio nos momentos de dificuldades, como na compra de material de construção, estudos, tratamento médico, odontológico, aquisição de medicamentos, equipamentos e auxílio natalidade", explica o diretor administrativo Técnico em Eletrônica Edson Wilson.

Além dos beneficios reembolsáveis, também são oferecidos convênios firmados com hotéis, pousadas, faculdades, academias e farmácias, além do Tecnoprev, um plano de previdência que proporciona uma renda complementar ao beneficio pago pela Previdência Social. A entidade disponibiliza ainda recursos financeiros para atender necessidades de interesse profissional e pessoal do associado, sob forma de empréstimo com juros de 0,5% ou 1% ao mês e prazos de até 36 meses para quitação.

#### Números expressivos

Com o trabalho atuante de seus administradores, a Mútua do Espírito Santo tem se destacado entre as outras Caixas de Assistência. Alguns números apresentados encontram-se entre os melhores do país. Em 2008 a entidade capixaba está em primeiro lugar em adesões ao Plano de Previdência Complementar (Tecnoprev). O produto atende a uma das maiores reivindicações dos profissionais registrados nos Creas e é administrado pelo BB Previdência, uma instituição do Banco do Brasil. "Em 2007 também fomos o terceiro do país em aumento de número de associados. Atribuo



Diretor Administrativo da Mútua-ES, Téc. em Eletrônica Edson Wilson.

essas conquistas ao trabalho sério que realizamos e às campanhas de divulgação que temos veiculado", complementa o diretor.

Para divulgar ainda mais os serviços, a instituição iniciou em 2005 uma parceria com o Crea-ES, realizando palestras em empresas de vários municípios do Espírito Santo. "Em conjunto com a equipe de fiscalização do Conselho, a Mútua-ES já visitou os municípios de São Mateus, Colatina, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e Serra. Este ano a parceria continua e já estão programadas para os meses de março e abril atividades nos municípios de Linhares e Alegre", prevê o diretor.

A procura dos profissionais da área tecnológica pelos benefícios oferecidos pela Mútua tem crescido tanto que a direção optou por mudar de endereço em 2008. A partir da segunda quinzena de março, a Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-ES passará a atender em uma sala no Shopping Boulevard da Praia, na Reta da Penha, em Vitória. Além de estar localizado numa região de referência, o novo escritório também ficará próximo à Agência Crea Vitória, na Praia do Canto, onde funciona o setor de atendimento ao profissional do Conselho.

#### "A Mútua não é uma cooperativa"

Segundo Edson Wilson, a Caixa de Assistência aos Profissionais do Crea-ES faz parte de um complexo integrado de instituições denominado Sistema Confea/Crea/ Mútua, onde os Conselhos têm o papel de proteger a sociedade, as entidades o exercício profissional e a Caixa de Assistência oferecer assistência para o bem estar do profissionais e seus dependentes. "A Mútua não é uma cooperativa, ela é uma entidade sem fins lucrativos, criada pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia em 1977, por meio da Lei Federal 6.496, que tem como missão e objetivos institucionais apoiar as profissões e profissionais do Sistema em todo o Brasil, através de benefícios, convênios e serviços e os seus recursos vem de parte das ARTs que os profissionais recolhem ao Crea-ES", esclarece.

Apesar de ser uma instituição antiga, o diretor destaca a evolução e o reconhecimento dos serviços prestados pela Mútua após o evento da descentralização da entidade, com a criação das Caixas Regionais em todo o país, o que proporcionou a oxigenação de sua administração, tornando-a transparente, ágil e mais próxima do profissional, ofertando uma cesta ampla de beneficios. "Hoje, os principais serviços oferecidos são o auxílio pecuniário em forma de empréstimo, o Plano de Previdência Complementar (Tecnoprev), o Seguro de Responsabilidade Civil, Datacad, ABNT e os convênios com faculdades, farmácias, academias, hotéis e pousadas do estado e de todo o país", conclui.



Profissionais da Escelsa assistem exposição do Diretor da Mútua-ES Téc. em Eletrônica Edson Wilson sobre as atividades e os serviços oferecidos pela Caixa de Assistência dos Profissionais.

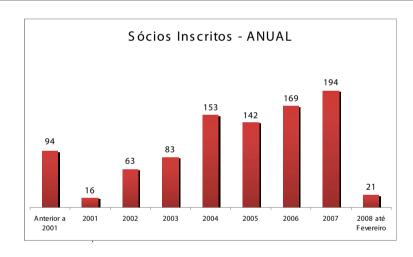


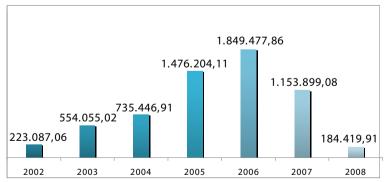
Diretores da Mútua-ES, Téc. em Eletrônica Edson Wilson e Eng. Eletricista Orlando Zardo; Diretor Geral da Mútua Nacional, Eng. Civil e de Seg. do Trab. Anjelo da Costa Neto; e Diretor da Mútua capixaba Eng. Agrônomo Valério Ribon, no estande da entidade durante o Congresso Brasileiro de Agronomia, ocorrido no segundo semestre de 2007, em Guarapari (ES).

Mútua – Entidade sem fins lucrativos, instituída pela Lei Federal 6.496/77, que tem como missão e objetivos institucionais apoiar as profissões e profissionais do Sistema em todo o Brasil, através de benefícios, convênios e serviços.

Investimento – Os sócios corporativos e institucionais estão isentos da taxa de inscrição e anuidade. Os sócios contribuintes pagam uma taxa de inscrição de R\$ 40,00 e anuidade de R\$ 130,00 que poderá ser dividida em até 5 parcelas iguais de R\$ 28,00. Todos os sócios têm acesso à Previdência Privada, Seguro Profissional e a todos os convênios com desconto, como faculdades, farmácias, escolas, cursos de idiomas, hotéis, pousadas, entre outros.

Contato - Av. Nossa Senhora da Penha, nº 356, Praia do Canto, Boulevard da Praia, 3º andar, Lojas 16 e 17, CEP: 29045402 – Tels.: 9948-4908 / 3325-3166 caixaes @mutua.com.br - www. mutua.com.br





**Total de R\$ 6.176.589,95**BENEFÍCIOS

FORAM BENEFICIADOS 815 ASSOCIADOS

# **C**rea geral

# Educ faz **convênios** Educação com empresas e escolas

Ocrea-ES, por intermédio do Educação Continuada e a Distância (Educ), vem firmando parcerias com empresas e escolas, proporcionando descontos em vários cursos para profissionais registrados no Conselho.

#### Confira a lista:

#### Compet Consultoria em Gestão Ltda.

Descontos para profissionais registrados no Conselho, associados do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (Senge-ES) e seus dependentes, nos cursos de Gerenciamento de Projetos - Visão PMI, e PMO: Implantando o Escritório de Projetos, ofertados pela Compet.

#### Perito On Line

Descontos nas mensalidades dos cursos de pós-graduação, MBA presenciais e a distância. O desconto é oferecido para profissionais registrados no Conselho, para sócios do Senge-ES e seus respectivos dependentes.

#### Centro de Ensino Superior Anísio Teixeira (Cesat)

Descontos nas mensalidades dos cursos de graduação, pós-graduação, MBA, técnicos e capacitação, em favor dos profissionais registrados no Conselho e seus dependentes. Os cursos de graduação ofertados pela faculdade também têm desconto.

#### CCAA (Serra)

Descontos para profissionais registrados no Conselho e seus dependentes residentes no município de Serra, nos cursos de línguas inglês ou espanhol, em qualquer nível ministrado nas unidades do CCAA-Serra.

#### **Escola Thevenin**

Descontos para profissionais registrados no Conselho e seus dependentes, em cursos de capacitação e técnicos ofertados pela Escola Thevenin.

Para saber o percentual de desconto e outras informações, entre em contato pelo telefone (27) 3334-9903 / 3334-9925 ou pelo endereço educ@creaes.org.br



### Recordar é viver

Já é tradicional a Confraternização das Turmas de Engenharia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) formadas entre 1980 e 1983. Realizado entre o Natal e o Ano Novo, o objetivo do evento é relembrar os bons tempos em que esses profissionais freqüentavam os bancos da Universidade. "Boas histórias não faltam e é uma ótima oportunidade de encontrar os amigos e familiares", garante o conselheiro do Crea-ES, Eng. Mecânico e de Seg. do Trabalho Adelar Castiglioni Cazaroto (foto).

Se você estudou nessa época ou conhece alguém dessas turmas, envie mensagem para o endereço paulonicolao@uol.com.br e faça contato com o Eng. Civil Paulo Nicolao, que, juntamente com os Engenheiros Civis Ronaldo Damázio de Jesus; José Tasso Pacova; Carlos Augusto Carneiro; e o Eng. Mecânico Ary Romano Chamon do Carmo, organizaram a última edição da festa.

Acesse http://paulonicolao.fotos.net.br/engenharia2007 e confira as fotos da Confraternização mais recente. A senha de acesso é "2007eng".

# Agroecologia

Om o apoio do Crea-ES, foi realizado no final do ano passado, em Guarapari, o 5º Congresso Brasileiro de Agroecologia, com o tema central "Agroecologia e territórios sustentáveis", o evento contou com palestras, apresentação de trabalhos, oficinas e feira agroecológica.

Em ofício enviado ao Crea, a coordenadora geral do evento, Márcia Neves Guelber Sales, e o secretário executivo, Decimar Schultz, informaram que o "resultado do Congresso superou as expectativas e contribuiu significativamente para o fortalecimento da agroecologia e para o debate de processos de desenvolvimento sustentáveis".

### Recadastramento

**D**esde 2007, o Sistema Confea/Crea está construindo um banco de dados nacional dos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia e áreas afins, denominado Sistema de Informações Confea/Crea (SIC).

Neste sentido, os profissionais com registro ou visto ativo, domiciliados no Espírito Santo, foram convocados pelo Crea-ES para o recadastramento, atualização dos dados cadastrais existentes e para substituir a Carteira de Identidade Profissional antiga pelo novo modelo nacional.

O prazo terminaria no último dia 31 de dezembro, mas foi prorrogado para o dia 30 de abril de 2008, conforme Decisão Plenária n°1415/2007 do Confea.

# Livro avalia gestão de florestas naturais e **reflorestamento** no sul do Espírito Santo

Peng. Florestal e Professor do Departamento de Ecologia e Recursos Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Luiz Fernando Schettino, atual Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT, coordenou uma pesquisa na área de gestão de florestas que contou com a participação do Eng. Florestal e Chefe Regional do IDAF de

Cachoeiro de Itapemirim, Fábio Corrêa Gonçalves.

A pesquisa resultou no livro "Avaliação da Gestão Florestal na Região Sul do Espírito Santo", lançado, no último mês de dezembro, na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

Segundo os autores, o trabalho contribui com o debate sobre sustentabilidade do modelo de desenvolvimento da região sul capixaba: "Nosso estudo enfatiza a

relação do uso dos recursos florestais (florestas e reflorestamento) como elementos essenciais para a existência de modelos sustentáveis no meio rural. Nosso objetivo é propiciar mais elementos para o debate acerca dos caminhos que a sociedade, seus governantes e a iniciativa privada devem seguir para planos de gestão sustentável em relação ao uso dos recursos florestais", explicam os autores.

A pesquisa que resultou no livro teve por base de coleta de dados os municípios de Mimoso do Sul, Alegre e Vargem Alta e visa ao aprimoramento das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável; à utilização adequada e racional das florestas naturais e plantadas da área de estudo, para possibilitar maior proteção dos remanescentes florestais nativos; à melhoria da qualidade

de vida do meio rural e à geração de emprego e renda de forma sustentável, em sintonia com a legislação ambiental e florestal.

A obra analisa ainda o papel da extensão rural, os mitos que cercam a silvicultura; as finalidades do reflorestamento na região sul do Espírito Santo; a utilização e a localização de matas naturais; e o percentual de reserva legal e de áre-

AMALIAÇÃO DA GESTÃO FIJESTAL
NO SUL DO ESPÍRIYO TANTO

Luiz Formando Schettino
Fábio Correa Gonçalves

Eng. Florestais Luiz Fernando Schettino (E) e Fábio Corrêa Gonçalves

as de preservação permanente em propriedades rurais. "Sobre esses temas, os dados levantados no trabalho indicam que uma boa extensão rural junto ao homem do campo pode melhorar a atividade florestal na região estudada, porque ainda existem mitos e crenças que envolvem culturas exóticas, os quais, geralmente, atrapalham a decisão quanto à implantação ou não de plantios florestais", afirmam também os autores.

Schettino e Gonçalves apontam também que, por causa do processo histórico de uso dos solos, as áreas de matas naturais, capoeiras e de reflorestamento, ocupam, em maior percentual, as terras mais elevadas das propriedades rurais. "Outro aspecto importante para a gestão da atividade florestal foi a análise da distribuição do

uso dos solos em relação à declividade, que em geral coincide, nos municípios estudados, com a presença de florestas nas áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente, o que envolve implicações técnicas e legais. Observa-se, ainda, que há baixos níveis de capoeiras e de reflorestamento em áreas planas ou de declividade baixa, o que demonstra, como esperado, o aproveitamento

dessas áreas para uso agropecuário, especialmente culturas anuais, olerícolas e de frutas" lembram.

0 livro traz informações aue comprovam a importância dos recursos florestais. nativos e plantados, como geradores de inúmeros benefícios para o meio rural, seia pelo caráter social, ambiental ou econômico. "Por isso, é fundamental que mais estudos sejam realizados, a fim de ampliar

o conhecimento acerca desses benefícios, pois isso possibilita identificar metodologias sustentáveis de utilização desses recursos, bem como formas de intervenção que resultem no melhor cumprimento das funções ecológicas, econômicas e sociais, especialmente das legislações que protegem os recursos florestais nativos, as áreas de Reserva Legal e de preservação permanente e a demanda e a dinâmica de uso dos recursos florestais nativos", concluem.

#### **Contatos dos autores:**

Tels.: (27) 9963-0141/(61) 8402-6301 (28) 9985-7215

e-mail: lfschettino@terra.com.br

# Crea opinião

# 2001 Barragens causam catástrofes no norte do Estado

No início de dezembro de 2001, a imprensa de todo o Brasil mostrou a catástrofe ocorrida após as chuvas de alta precipitação pluviométrica (800 mm por mês) nos municípios do norte do Estado. Regionalmente, a informação foi trazida pelo Jornal A Gazeta do dia 2 de dezembro de 2001 (pág. 26).

Mas a chuva funcionou apenas como o combustível da questão, pois a principal causa foi o rompimento de aproximadamen-

> te 7 mil barragens de terra. Na época, informações da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama) davam conta de que a maioria dessas barragens foi construída sem um projeto básico que incluísse principalmente estudos hidrológicos dos rios e córregos.

> De acordo com a legislação e a fiscalização dos órgãos competentes, essas obras civis deveriam ter sido projetadas e construídas sob responsabilidade técnica de profissional habilitado, com atenção especial, nesse caso, para a estabilidade da barragem e a capacidade do seu vertedouro.

Dizem até que, confiando-se apenas na grande estiagem por que o Estado passava, desde o ano anterior, existiam barragens sem vertedouro. Como? Inacreditável: deixava-se apenas um tubo, na barragem, por onde a água passava para o vizinho próximo. Houve até questões judiciais em que o Ministério Público atuou em defesa da sociedade, a exemplo do ocorrido naquela época, em Nova

Venécia, onde o promotor público local, a pedido do prefeito municipal, notificou vários proprietários cujas barragens, de grande porte, ameaçavam estourar e invadir áreas residenciais, conforme noticiado em A Gazeta do dia 4 de dezembro de 2001 (pág. 26).

Era urgente, além da elaboração de um programa de conscientização para a comunidade rural, a imprescindível fiscalização, aproveitando-se os órgãos técnicos como o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf), Instituto de Pesquisa, Assistência

Técnica e Extensão Rural (Incaper), Seama e outros. Ao que parece, nada foi feito.

Também era urgente que se fizesse um levantamento, por município, de todos os empreendimentos, os destruídos e os remanescentes, passando estes últimos pelo crivo técnico, quanto à sua seguranca. Também não se teve notícia desse tipo de acão.

Consta, na reportagem de A Gazeta de 2 de novembro de 2001 (pág.26), que o promotor público de Nova Venécia, acompanhado de técnicos do Idaf e do Incaper, teria solicitado, à Prefeitura local e ao Idaf, durante visita a locais atingidos, a relação completa de todas as barragens destruídas, para poder analisar a situação, caso a caso, e tomar as providências que se fizessem necessárias, inclusive um trabalho de conscientização. Provavelmente nunca foi atendido como almejava.

Na época, existiam, no município de Nova Venécia, cerca de 500 barragens. Já a Secretaria de Agricultura do município anunciava, poucos dias depois da catástrofe, a construção de mais 57 barragens, com recursos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf).

E a responsabilidade pelos prejuízos causados, com quem ficou? Nem a grande enchente de 1979, no Rio Doce, considerada uma das maiores do século XX, senão a maior, como querem alguns, trouxe tanto prejuízo às comunidades e aos governos Federal, Estadual e Municipal.

O efeito cascata, com o rompimento das barragens, ocasionou uma grande onda que a tudo levava, inclusive pontes construídas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Dnit, e pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), levando ao caos o tráfego na BR 101 Norte e em estradas estaduais e municipais.

Repetindo Marilene Moraes Milanez, presidente do Grupo Ambientalista Natureza e Cia. (Ganc) de Linhares, "É uma terra sem lei". Segundo ela, as autoridades já tinham sido alertadas sobre o problema das barragens clandestinas. Para a ambientalista, nessa história, além das vítimas, não existiam inocentes.



Rodrigo Américo Pereira

# 2008 A cena **se repete,** desta vez em Aracruz

**D**ecorridos aproximadamente sete anos, desde a catástrofe anterior, ocorrida em novembro de 2001, o problema se repete.

A construção, em propriedades rurais, de barragens seqüenciais em córregos e rios, vem sendo feita, de forma irregular, por aventureiros que sequer se preocupam com a presença de um responsável técnico para o projeto, o que vem causando grandes prejuízos ao erário público, em casos de rompimento de um deles, provocando seqüencialmente o efeito cascata de rompimento.

Essas informações só vêm a público em caso de catástrofes como a que ocorreu no distrito de Jacupemba, no município de Aracruz. As notícias inicialmente veiculadas na imprensa davam conta do rompimento de 30 barragens. No último dia 17 de janeiro, foi publicada, na coluna Maurício Prates, do jornal A Tribuna, a informação de que a Secretaria da Agricultura de Aracruz havia contabilizado 70 barragens rompidas. Os números foram confirmados pelo Idaf.

A construção seqüencial de barragens em rios só pode existir após rígida fiscalização sobre os seus projetos, sua execução e sua operação. No conjunto, uma obra mal projetada ou mal executada pode levar à catástrofe as demais, mesmo aquelas construídas dentro da ordem.

Portanto, constatamos que continua a irresponsabilidade de alguns proprietários rurais em construir, de forma ilegal, represamentos em córregos ou rios de municípios capixabas. Por mais que os órgãos de fiscalização possam conhecer o problema e tentem fazer uma fiscalização coerente com a causa, a maioria deles provavelmente não dispõe de quantidade suficiente de recursos humanos profissionais para combater a clandestinidade que impera na construção das barragens.

O inquérito da catástrofe anterior, ocorrida em 2001, por certo nunca será concluído. Apenas a união do Ministério Público, dos órgãos fiscalizadores, das entidades e dos profissionais da área poderá combater a irresponsabilidade e a incompetência de quem contribui para a promoção desses desastres.

Não é apenas nas cidades, quando ocorre falência em construções civis, que devemos agir. No meio rural, também é fundamental o procedimento. Recentemente, tivemos um problema de construção civil mal-executada que causou vítimas, no distrito de Santa Izabel, em Domingos Martins. Nesse caso, o Crea-ES criou uma Comissão Especial para tratar do assunto e atuou na questão. Acredito ser de fundamental importância nossa atuação também no caso das barragens, que são construídas clandestinamente no campo.

Na matéria jornalística publicada em A Gazeta de 26 de janeiro de 2006, fala-se na estimativa, do Idaf, da existência de 20 mil pequenas barragens de pequeno porte em todo o Estado, a maioria delas no norte. A matéria informa ainda que, desse total, 5,1 mil unidades estão cadastradas, mas não ainda vistoriadas tecnicamente pelo órgão. Também segundo o Idaf, 316 delas estão licenciadas e comprovadamente obedecem às normas de segurança. Há ainda outras 230 com o processo aberto. Como se vê, é muita obra para ser analisada e atestada como segura.

A união de esforços entre profissionais e órgãos competentes é fundamental para impedir que tragédias e desastres relacionados à construção, em propriedades rurais, de barragens seqüenciais em córregos e rios, continuem acontecendo. O Eng. Civil Rodrigo Américo Pereira é diretor da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE) e conselheiro do Crea-ES.

### Entrevista/Arlindo Villaschi

# "Temos de nos **preparar** para ser portadores do futuro"

Ao final de sua palestra para os participantes do 12º Planejamento Estratégico do Crea, o professor Arlindo Villaschi, do Departamento de Economia da Ufes, falou a Tópicos a respeito de importantes termas relacionados à engenharia, àarquitetura e à agronomia



mente? O modo rodoviário, o modo ferroviário, o modo portuário e o modo aeroportuário. Ai então circulam pessoas e mercadorias. Mas se eu olhar que governar é construir estradas para o futuro. talvez possa me abstrair da questão de circulação de pessoas e de mercadorias e pensar em como é que a informação circula. Como é que eu dou uma nova dimensão da informação e do conhecimento? Temos de olhar as possibilidades tecnológicas. Não se podia pensar numa infovia na primeira metade do século XX. A internet é uma coisa que começa ligando alguns poucos pontos, muito mais ligada à questão de segurança militar. Quando se transforma isso em redes, então, já é outra coisa. Anteriormente, não tínhamos a tecnologia disponível, ou ela era cara demais, estava disponível mas não era economicamente viável. Hoje, temos tecnologia disponível a custo muito baixo, então temos de começar a pensar novas formas de construir estradas. São outras estradas, para interligar pessoas, produções e conhecimento. Temos de olhar todo mundo agora com essa perspectiva. O meu engenheiro de hoje não pode olhar para uma obra com o mesmo olhar, com a mesma perspectiva com que olhava há 50 anos. Naguela época, não havia preocupação, por exemplo, com entulho nem segurança. Havia muita preocupação com a sustentabilidade, fazer com que o prédio tivesse o máximo de iluminação e ventilação naturais. Arquitetava-se um prédio baseado em quê? "Ah, eu vou fazer agui um desenho, aí eu coloco vidro, porque é bonito, e coloco ar condicionado, porque o vidro vai esquentar muito, e coloco a cortina, porque vai ter muito sol". Hoje já temos outro tipo de informação profissional, outra necessidade. Então eu acho que essa questão do portador do futuro está muito ligada a isso e à necessidade de alguém pensar a minha engenharia, a minha arquitetura, a minha própria agronomia. Por exemplo: na agronomia, já não se pode ter produto que use pesticidas e fertilizantes como antigamente, senão o produto não vai ser vendido. O próprio cliente já se preocupa. Quem não se preocupa com isso está levando a empresa à falência.

Na Índia, hoje, prioriza-se a gestão e a engenharia. Avaliando a atual situação do Espírito Santo e do Brasil, como o senhor acha que estão as nossas instituições de ensino, a qualidade da formação e a quantidade de engenheiros?

As quantidades são muito pequenas. Se a gente pegar por exemplo o nosso quadro de formação, tanto de graduação quanto de pósgraduação, nas engenharias nós ainda somos poucos para aquilo de que a gente precisa. Por outro lado, a gente tem o Confea preocupado com isso, com a possibilidade de termos um "apagão" de engenheiros. Não apenas um "apagão" de quantidade, mas também de qualidade. Ainda temos uma engenharia que não necessariamente responde à necessidade. Não estou falando só de engenheiros, mas também de gestão. Os empregadores dos profissionais egressos de nossas universidades sempre os criticam, dizem que "os caras chegam aqui e não conseguem". Temos de repensar a maneira como nós os formávamos. Porque era uma maneira intimamente ligada ao ensino, à transferência de informação. Hoje eu não preciso mais ir à sala de aula para receber informação. Qualquer jovem que entra na universidade tem um acesso à informação às vezes

desinteressados, que é o mais grave.

O senhor comentou, em alguns pontos da palestra, a importância da globalização do conhecimento e da cultura. O senhor acha que falta um pouco dessa percepção nos gestores capixabas?

Sim. Acho que nós, capixabas, sofremos de dois males. O primeiro: somos ilhéus. Não só os que moramos em Vitória, porque o Espírito Santo foi ilha durante muito tempo, mesmo não sendo ilha geográfica, não sendo ilha física, nós fomos isolados. Começamos a nos interligar praticamente a partir da segunda metade do século XX para cá. Com a estrada de ferro Vitória a Minas, no final dos anos 40, a ponte de Colatina. A ponte de Linhares é de 51, a BR 101 é da década de 60, então fomos ilhéus durante muito tempo. Por outro lado, o Brasil é continental e isso gera uma arrogância. Então o ilhéu se embota pela sua

Os empregadores dos profissionais egressos de nossas universidades sempre os criticam, dizem que "os caras chegam aqui e não conseguem". Temos de repensar a maneira como nós os formamos

até maior do que nós que estamos lá querendo ministrar aula. Antigamente, a gente transmitia a informação. Agora, temos de trabalhar a partir do reconhecimento de que eu tenho acesso a uma informação praticamente idêntica à do meu aluno. A grande questão é como é que eu trabalho criticamente essa informação, e aí precisamos ter um senso crítico mais apurado do que o meu aluno, exatamente para que ele seja capaz de gerar conhecimento a partir da informação. Precisamos de uma nova fórmula, um novo conteúdo do ensino e da educação para as engenharias, a arquitetura, para o nosso sistema educacional como um todo. Ainda não conseguimos incorporar todo esse cabedal de informação. Continuamos dentro de uma formação muito ligada à transferência de informação, e isso é pouco. Por isso é que os nossos alunos estão ficando aborrecidos, cansados e

limitação geográfica e o continental se arroga pela dimensão. Não tem nada mais pernicioso, no mundo de hoie. Por que o chinês se comporta de forma distinta? Ainda estamos olhando o chinês como sendo dono de pastelaria, como dono de lavanderia. A gente precisa olhá-los, do ponto de vista profissional, como profissionais extraordinariamente qualificados. Temos que gerar onde é que a gente pode se suplementar, e, do ponto de vista da cultura, a gente se apresentar. Tenho uma proposta radical: eu acho que a gente tem de fazer uma semana capixaba na Índia, na China. Eu estou falando semana, mas eu gostaria que fosse muito mais tempo. Gostaria que alguém saísse do Espírito Santo e fosse para China, passasse lá três ou quatro meses ensinando capoeira e aprendo outras danças, ensinando português e aprendendo mandarim, ensinando moqueca ca-

pixaba, torta capixaba e aprendendo a culinária deles, ensinando a confecção de panelas de barro e aprendendo a porcelana deles. Sem nenhum iuízo de valor. Temos um artesanato rico, aqui, uma música rica, e não valorizamos isso. Precisamos dizer para os chineses que vêm para Anchieta: não queremos que vocês construam nenhum prédio só de chinês. Comprem casas misturadas com casas de brasileiros, façam apartamentos misturados com brasileiros e tragam para cá restaurante chinês, padaria chinesa, lavanderia chinesa, mas não só para você, mas para todo mundo. De tal forma que as 800 famílias chinesas que vão vir pra Anchieta enriquecam aquela formação sóciocultural que estava lá e a gente só vai enriquecer se a gente interagir. Se eu não te conhecer, como é que eu vou interagir, como é que eu vou te valorizar, como é que eu vou me valorizar? Então essa é uma dimensão da globalização que tem sido muito relegada pelos economistas, e eu acho que a gente tem de recuperar isso. Ou seja: a globalizacão não é simplesmente para fluidez financeira. não é simplesmente para facilitação dos fluxos comerciais e/ou de produção. A globalização que nós temos aí é um momento impar na história da Humanidade, e a gente tem de valorizar aquilo tudo que a Humanidade construiu. Há sem dúvida o progresso econômico, o progresso material, mas tem aí um progresso cultural extraordinário. Imagine só o que a gente pode fazer com a nossa medicina se alargamos a nossa formação médica agui com a acupuntura deles. Ou o que nós já temos aqui, hoje, por exemplo, na área de tratamento com ervas que nós podemos valorizar com eles lá. A medicina popular deles com a nossa medicina popular, as nossas práticas religiosas com as práticas religiosas deles. Ou vamos achar que uma manifestação de religiosidade ou de ligação com o divino que se faz numa roda de candomblé não vai ser valorizada? Lógico que vai. E aí vamos aprender também lá no mosteiro deles. Eu acho que esta é a riqueza do momento de hoje e que nós, principalmente nós que trabalhamos, esteja eu falando para um público de engenheiros, ou de economistas, ou de gestores. Nós, que trabalhamos com a coisa material, precisamos aprender a valorizar. Porque isso é que é controle do futuro. Eu vou insistir: produzir café, ou aco, ou celulose, ou energia não tem segredo nenhum. Só vamos produzir cada vez melhor se gerarmos um processo de simbiose cultural de tal

forma que a gente estabeleça um novo processo civilizatório que não seja esse atual, isolado, porque agora não há mais necessidade nem razão de isolamento. Quando eu fui morar nos Estados Unidos, recentemente, minha mãe chorou disse: "Ai, meu filho, por que você resolveu morar tão longe?" Eu respondi: Mamãe, eu vou estar mais perto da senhora, agora, do que se, quando nasci, eu tivesse de vir de São Gabriel da Palha para Vitória, porque eram dois dias de viagem. Eu saía de Washington às 20h30, chegava a Vitória no dia seguinte, às 16h, e passava o final de semana com ela. Então, temos que nos apropriar disso.

Há coisas no Brasil que ninguém entende por que não andam. Os países que mais crescem atualmente investiram pesado em ciência e tecnologia, nos últimos 15, 20 anos. Por que isso não acontece no Brasil? A quem que interessa que não seja assim?

Temos de olhar a nossa raiz. A nossa formação sócio-cultural tem três raízes perniciosas. Uma é o escravagismo (não é racismo). Se você é meu superior, você quase que involuntariamente me trata como um escravo. Segundo: somos rentistas, gostamos de lucrar sem fazer esforco, é da nossa formação. Terceiro: nossa formação é patrimonialista. A gente sempre olha o público como sendo apropriado pra mim e acabou. Isso são raízes, embora o fato de eu ter as raízes não queira dizer que eu tenha de ser assim permanentemente, eu posso ser o contrário. Podemos mudar. Você conhece algum povo que tenha sido mais selvagem que os vikings? E qual é hoje a civilização mais humanista, mais agregadora que os nórdicos? É uma questão de educação. Os chineses, os orientais de um modo geral sempre cultuaram o conhecimento, sempre valorizaram o conhecimento, não é à toa que

na hierarquia social deles a

longevidade é importante. O velho é importante. Por quê? Porque ele é o que acumula conhecimento. Eles sempre valorizaram o conhecimento, em termo de buscar fazer algo de forma nova. Então, se você pegasse tecnologias que praticamente permitiram esse nosso mundo globalizado de hoie, seia a bússola, seja o estribo, seja a pólvora, seja a imprensa, seja o macarrão. De onde vieram? Da China. Cada um vai responder a uma questão, a uma necessidade específica. Se você está isolado numa montanha e não pode ter a comida fresca, então o macarrão é uma solução maravilhosa, para o trigo não estragar. A pólvora foi muito importante não para guerrear, que eles descobriram a pólvora mas só aprenderam com os portugueses a usála para guerrear. A bússola foi fundamental para eles, por causa daquela dimensão toda. O estribo foi fundamental para eles conseguirem guerrear bem. Eles têm isso, estão sempre buscando fazer diferente. Nós não temos isso. Qual o compromisso que o Brasil tem com a educação? Não tem. Tudo, no Brasil, do ponto de vista de educação, demora anos, e só usa aquilo para fins às vezes políticos.

Qual é a grande preocupação com a educação?

É eventualmente construir um prédio, é

eventualmente colocar uma televisão.

um computador. Mas será que valorizamos a educação naquilo que por exemplo é fundamental, que é o bem-estar do aluno, que é o bem-estar da família do aluno, que é o bem-estar do professor? Então o que hoie estamos fazendo é transformar tudo isso em antagônicos. Professor não quer nem ver aluno, morre de medo do aluno. A família olha a escola como um depósito de criança. O aluno olha como uma fábrica de diploma. A única forma que temos de superar isso é reconhecer que é assim. Precisamos colocar a mão na massa. Não é a toa que o Confea está colaborando com a Confederação Nacional da Indús-

genharias do ponto de vista social. Há muito o que fazer para melhorar os padrões. O que as engenharias estão fazendo hoje para melhorar, por exemplo, nosso pa-

tria (CNI) na formação do engenheiro.

Que é ainda ligada à questão produtiva.

A gente tem de pensar também as en-

drão de habitação, a sustentabilidade das nossas habitações? Porque a maioria das habitações tem que ter ar-condicionado para ficar num espaco minimamente fresco, mesmo sendo um lugar que tem um vento nordeste extraordinário, como esse aqui. O que nós estamos fazendo para isso? Tem também a questão da mobilidade. E mais: será que faz sentido nós hoje usarmos o mesmo princípio de esgotamento sanitário que os romanos usavam? O princípio era o mesmo, a única diferença é que os romanos usavam valetas e nós agora botamos um tubo plástico. O processo é o mesmo. É fazer produzir dejetos aqui e transportar para longe de mim. para jogar numa água do outro. Será que não tem um jeito de tratar esse negócio mais próximo? Será que eu tenho de ter um grande aqueduto? Acho que tem outras formas.

Mas, além dessas invenções e inovações, tem a questão da mudança de comportamento mesmo? Tudo bem: uma cidade pode construir ciclovias, ou então melhorar a segurança, garantir uma iluminação para que a pessoa possa percorrer uma pequena distancia a pé, mas mesmo assim a pessoa quer comprar o carro.

Não tenho nada contra o carro. Acho um negócio extraordinário. Minha única questão é que o automóvel tem um custo social. E como custo social você tem de pagar o preco dele. E não é só pagar. O custo social não é o preco do automóvel, o preco do automóvel é um custo individual. Me custa "x" reais para eu comprar um automóvel, mas gera um custo social e eu tenho que pagar o preço disso. Quanto é que custa circular? E aí eu tenho que pagar por isso. Quanto que custa para eu circular em Vitória? O custo é praticamente zero, me custa R\$ 2 para o menino guardador tomar conta durante o dia inteiro. Pegue qualquer outro grande lugar do mundo. Quanto é que custa para eu circular em Nova York? Quanto me custa para circular em Guarapari? Não me custa nada. Um monte de estacionamento de frente para o mar. Então eu acho que essa é a questão, a mentalidade não vai mudar simplesmente porque eu vou te conscientizar disso. Nosso sistema sociocultural-político-econômico, chamado capitalista só tem um jeito: botar a mão na parte mais frágil do corpo humano, que é o bolso. Enquanto me custar mais barato eu sair de casa de carro da Ilha do Boi e ir à casa da minha mãe, no Centro de

Vitória, do que ir de ônibus, eu vou de carro. Tem de me custar pelo menos três vezes mais caro. Você acha que o nova-iorquino anda de metrô, anda de táxi, anda de ônibus porque ele é mais consciente ecologicamente? Não, é porque é muito mais caro usar o carro. A filha de um amigo meu se formou e foi trabalhar em Nova York. Aí ele deu a ela um carro, de presente. Uma semana depois, ela pediu ao pai que levasse o carro de volta, para ela usar só quando fosse passar os finais de semana com a família, por causa do preco do estacionamento. Aqui não temos isso. Eu observo o seguinte: nós. que temos nossos automóveis, somos 1/3 da população. Quer dizer que 2/3 circulam ou se transportam em meios de transporte públicos de passageiros, pode ser um ônibus ou táxi. No entanto, nós ocupamos mais do que 2/3 das vias. 1/3 das pessoas ocupa 2/3 das ruas. Eu acho que tá na hora da gente ser, pelo menos nessa área, equitativo. Se há três pis-

nós, que temos nossos automóveis, somos 1/3 da população. Quer dizer que 2/3 circulam ou se transportam em meios de transporte públicos de passageiros, pode ser um ônibus ou táxi. No entanto, nós ocupamos mais do que 2/3 das vias.

tas, duas pistas deveriam ser para ônibus ou táxis, uma para automóvel. Quem não abre mão do seu automóvel teria de pegar aquela única pista, e acabou. Teria de pagar mais caro pelo custo social do congestionamento do que quem vai de ônibus ou de táxi. Hoje, não, pegam-se 2/3 dos que andam de ônibus e impinge-se a eles o mesmo custo social que eu tenho com o congestionamento gerado por mim. Essa é a mudança de lógica que a gente tem de fazer. E aí, insisto: somos nós gestores, somos nós engenheiros e arquitetos, somos nós políticos, somos nós sociedade. Não sou contra nenhuma grande ponte, não sou contra nenhuma grande obra. A minha pergunta é: isso aí vai melhorar a qualidade de vida ou não? A única política industrial que é consistente, no Brasil, há mais de 50 anos, é a do automóvel. Em níveis federal, estadual e municipal. Nenhum outra política industrial existe com tanta consistência.



# Desenvolvimento equilibrado

di pouco mais de três anos, a administração municipal assumiu com os moradores de Vitória o compromisso de preparar a cidade para um novo tempo de desenvolvimento econômico e social. Hoje, podemos verificar as rápidas e profundas transformações que a cidade está vivendo.

Vitória já exibe o maior PIB per capita de todas as capitais, está entre as cidades que mais crescem no País e detém o 1º lugar em geração de empregos entre as cidades com mais de 30 mil habitantes. Vitória cresce de maneira equilibrada e sustentável, harmonizando as necessidades de expansão econômica e modernização urbana com a preservação da qualidade de vida dos moradores, a redução das desigualdades regionais e uma política integrada de promoção social das famílias que mais necessitam de atenção e cuidado.

Com planejamento adequado e um modelo de gestão pública eficiente e participativa, a administração reuniu condições para colocar em prática um vasto programa de investimentos que está

mudando a geografia urbana, econômica e social da cidade. No mês de março foi divulgado mais um indicador que dá a Vitória a certeza de que a nossa administração está no caminho certo. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, entre todas as capitais do País, Vitória é a que apresentou o melhor Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS)(\*).

A Prefeitura investiu na ampliação e modernização da infra-estrutura e adotou políticas públicas inovadoras de inclusão, que vão da educação à saúde e da cultura à habitação, passando pelo esporte, pela atenção integral às famílias e pela democratização do acesso ao universo digital. Também vem implantando um programa de habitação popular que contribui para a redução do déficit de moradias que se acumula há anos.

A administração não deixou de cuidar também dos obstáculos que dificultavam a atração de investimentos privados. Foi assim que Vitória passou a ser o município brasileiro onde é mais fácil e rápido registrar uma nova empresa e uma das melhores cidades do País para se trabalhar. Para exemplificar, em 2007, a Prefeitura de Vitória emitiu 6.783 alvarás de localização e funcionamento de novos negócios.

Dessas, 3.405 referem-se a primeiro licenciamento. Por meio da Central Fácil, que atende a micro e pequenos empresários, foram emitidos outros 372 primeiros licenciamentos.

E não é à toa que os investimentos se multiplicam em intensidade nunca antes registrada. Hoje, muitos escolhem Vitória para desenvolver seus negócios porque sabem que vão encontrar aqui uma excepcional organização urbana, boas práticas administrativas e profissionais preparados.

Temos muitos motivos para agradecer a parceria e o apoio recebidos durante esses anos de trabalho junto e em sintonia com diversos segmentos sociais, o que vem permitindo a criação de condições para que os benefícios do desenvolvimento econômico sejam distribuídos de forma equilibrada por toda a cidade e para o conjunto da população.

João Coser Prefeito de Vitória

(\*) O índice é composto por três subíndices - fiscal, gestão e social - que apontam como foram utilizados os investimentos em indicativos como endividamento, gastos com pessoal, legislativo, educação, percentual de professores na rede municipal com curso superior, gasto com saúde, entre outros.

> Profissional, envie seu artigo para publicação na Revista Tópicos. O conteúdo será avaliado pelo Conselho Editorial. Os textos podem ser encaminhados para alcione@creaes.org.br

# Crea-ES

Agência Vitória



Descentralização dos serviços para melhor atendimento.



Rua Elesbão Linhares, 165, Praia do Canto, Vitória-ES Telefone: (27) 3134-0000



# Profissional do Crea A Mútua oferece produtos, serviços e benefícios que ajudam a construir uma carreira sólida e um futuro tranquilo para você e sua família

Auxilio Educação
 Piano de Previdência
 Auxilio Natalidade
 Financiamento para aquisição de material de construção
 Pecúlio por falecimento
 Auxilio por falta eventual de trabalho
 Financiamento para compra de equipamentos e livros
 Plano de férias
 Convênio com rede hoteleira
 Convênio diversos (consulte a Mútua)

Informe-se (27) 3325-3166 www.mutua.com.br

